Nós sabemos que faz parte a bancada governista vir aqui e defender o governador; é o papel deles, senão não seria governo, mas nós temos a nossa independência, independência esta que vai nos levar hoje a votar "não". E não é votar "não" para ganhar palmas de vocês, é votar "não" sabendo que é por motivo de justiça, porque é justo. Então, novamente, em momento oportuno, vou indicar aqui à bancada, vou falar com os nossos deputados novamente, mas já deixei aqui na tribuna o que falei pelos corredores com alguns de vocês: eu voto "não" e oriento a bancada a votar "não".

Sr. Governador, deixo novamente aqui o desafio: V. Exa., depois da formatura de sargentos, quando tomou aquela vaia, uma vaia histórica... Resolveu aparecer na formatura de sargentos da Polícia Militar, tomou uma calorosa vaia da família dos policiais militares, responsabilizou o Major Olímpio e disse que os seus comparsas, Major Mecca e deputado Gil Diniz, foram os responsáveis pela vaia.

Quem dera. Que orgulho, senhor. Que orgulho se eu tivesse sido responsável por aquela vaia. Porque o senhor merece muito mais do que aquela vaia. Então, tenha compromisso com o povo de São Paulo. Tenha compromisso com a verdade, venha a público e diga: "Eu venci a eleição mentindo. Mentindo! E não vou conseguir cumprir essa promessa de campanha".

O senhor que tem pensamentos de voos maiores, mas, em 2022, se ousar disputar a presidência da República terá, no máximo, 5% de votos, assim como o governador Alckmin teve. E foi reconhecido nas urnas não só pelo povo de São Paulo, mas pelo povo do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Carlos Cezar, com o número regimental de assinaturas. Nos termos do Art. 35 do Regimento Interno, para constituição de uma Comissão de Representação com a finalidade de participar do congresso "Limits Intelligent Connectivity", a realizar-se nos dias 24 a 27 de fevereiro de 2020, na cidade de Barcelona, na Espanha, sem ônus para esse erário.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item nº 1. Em votação o Projeto de lei Complementar nº 04, de 2019.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Para encaminhar pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, meu querido amigo deputado Cauê Macris, por que eu venho sempre à tribuna para encaminhar o PLC 04? Esse é um projeto do governo. Foi o governador João Agravino que enviou para cá esse projeto. O PSDB é que tinha que vir aqui. Então, venho eu.

Toda vez eu espero que o PSDB, quando anúncio o PLC 04, venha aqui defender o projeto. Não vem. Não tem interesse. Se não tem interesse, por que mandou o projeto para a Casa?

Para mudar um pouco de assunto, Sr. Presidente, há questão de três anos foi criada uma frente nacional contra a liberação de maconha e de cocaína com 25 estados. Eu fui, sabe-se lá por que, escolhido o coordenador.

E, de vez em quando, eu vejo um amontoado de absurdos: "A maconha não faz mal", "Cocaína não faz mal". Ai fico indagando, 30 anos como criminalista. Eu não bebo, não fumo e não jogo. E tinha, no auge da minha democracia, 70% do crime, do tráfico, neste País.

Conheço o assunto perfeitamente bem, como conhece o deputado Conte Lopes, que andou na rua. Mas o Supremo Tribunal Federal está prestes a julgar se libera ou não a maconha e a cocaína. Isso é um círculo vicioso. Do álcool, se vai à maconha. Da maconha, se anda um quilômetro e chega na cocaína. Depois se anda 10 metros e cai no crack. E ninguém até hoje saiu do crack. É um círculo vicioso.

Domingo, no "Fantástico", o médico que lá estava deixou patente os malefícios da maconha. E aí o deputado Eros Biondini, de Minas Gerais, meu amigo, que está junto comigo nessa condenação, organizou uma marcha. Uma marcha para ir até a porta do Supremo Tribunal Federal...

Deixa eu voltar, deputado Roque Barbieri. Ai V. Exa. fala: "Não seja chato, Campos." Digo a V. Exa.: o barulho que vem daqui importuna. Importuna os nossos ouvidos, o raciocínio.

É lógico. Estou falando uma coisa séria. Não é brincadeira não. Estou dizendo que está se travando uma luta muito grande. E os traficantes, todos aguardando como se fosse um grande jantar.

Ah, se aprovar a liberação da maconha e da cocaína, o que vai fazer o tal do PCC, por exemplo? Vai montar em cada esquina uma barraca, um barzinho. Mas não conheço um pai, uma mãe, que não tem preocupação com os seus filhos quando eles vão à balada. Vai lá. Vai na fila de uma balada, e vê quem é que está na cercania ali.

Então, preparamos já essa marcha que vai ser em outra data porque o Supremo Tribunal Federal adiou. Outra data, para pressionar os ministros a não cometerem esse crime de lesa-pátria, essa estupidéz.

Deputado Conte Lopes, V. Exa., que já percorreu toda a periferia de São Paulo, arriscando a sua vida, sabe qual é a diferença entre enfrentar um bandido são e um bandido drogado? É simples. Vá numa festa qualquer, espere todo mundo entrar na festa, e comece a conversar.

Tudo bom, deputada Morando? Estou atrapalhando Vossa Excelência? Admiro muito essa cor vermelha na senhora. (Manifestação nas galerias.) Os cabelos da cor da lua. Seus cabelos, da deputada. Fico contente. São todos cabelos enevoados pelo tempo. Eu admiro. Mas, de vez em quando...

Estou entrando numa linha de raciocínio onde eu ia terminar dizendo que grandes grupos de traficantes, ao contrário do que dizem, se liberar, vai acabar. Mentira. Os grandes traficantes rezam e imploram para que passe esse projeto. Porque eles vão tomar conta de todos os pontos que possam existir. E eu não podia, deputada Bebel, como coordenador da Frente Nacional da Luta Contra a Maconha e a Cocaína, deixar de vir aqui. Alguém aqui já viu uma pessoa com maconha na cabeça? Alguém já viu alguém cheirar um pouquinho de cocaína, se ele fica normal? Essa é a grande pergunta que se faz.

Nós somos frontalmente contrários à liberação da maconha e da cocaína. Não tem uma prova sequer. "Ah, mas tem o cannabis, não sei o que". Não tem prova científica. Agora, os viciados, aqueles arrumam prova de qualquer jeito. "Eu fumei e não senti nada". Mentiroso. Se um copo de cerveja faz mal para o motorista, um cigarro de maconha não faz mal? É isso. Ainda passo por puritano. "Por que o senhor foi se meter, Campos, em coordenar essa frente nacional?".

Eu fui a Pernambuco há dois meses. Num teatro, tinha mil e poucas pessoas, todas engajadas. É mais fácil você conseguir apoio em Pernambuco do que você ter apoio em São Paulo. Ou eu vou conseguir apoio em Paraisópolis? Coitada daquela gente que vive oprimida pelo poder público, por falta de recursos, sendo vigiada por bandidos... Traficante não é nem bandido. Não tem adjetivo para configurar o que é um traficante.

Deputado Douglas, eu não pergunto a V. Exa. porque, pelo teor dos seus pronunciamentos, já sei a sua posição. Aqui, a gente vai conhecendo pouco a pouco os deputados que têm posições definidas. E posso discordar de V. Exa. em muita coisa, mas nesse caso eu posso afirmar: V. Exa. é frontalmente contrário à liberação de maconha e de cocaína.

Eu gostaria que fosse feita uma fila de gente que pensa que entende e não entende nada. E mostre aos deputados, ou a quem quiser dessa Casa, que maconha e cocaína não fazem mal. Eu renuncio ao meu cargo de coordenador nacional da Frente contra a Liberação da Maconha e Cocaína.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Para encaminhar pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra Vossa Excelência.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite a todos e a todas. Queria cumprimentar a todos e todas que se mobilizam, que vêm aqui hoje e lotam a galeria: mulheres em luta pela derrubada do veto a um projeto que diz respeito à segurança e vida das mulheres; servidores e credores do estado de São Paulo, que lutam contra um calote do governo estadual, que para eles deve.

Hoje, faz 300 dias do governo João Doria e do governo Bolsonaro, à frente do estado de São Paulo e do País. Aqui no estado de São Paulo, nesses 300 dias de governo João Doria, eu gostaria de ter votado, de ter analisado... Estou sempre falando, aqui nessa tribuna, que eu gostaria, nesse período, de ter votado algum projeto que tenha como objetivo melhorar a vida da população e dos trabalhadores do estado de São Paulo.

Algum projeto sobre distribuição de renda, de vencer as desigualdades, de vencer as violências cotidianas das pessoas. Mas, não. Eu só tenho votado e só tem chegado aqui nesta Casa o desmonte do serviço público.

O governador João Doria tem desprezo assumidamente ao serviço público e, portanto, aos servidores públicos. Não é à toa que ele falou durante a campanha abertamente que é contra o estado e o tamanho do estado, e os serviços, portanto, que o estado oferece.

Ele vem, segundo ele, enxugando a máquina. E, o resultado prático disso é o fechamento de empresas públicas e o corte de direitos dos servidores. A gente já votou aqui a extinção de seis empresas públicas.

Nesse período de 300 dias, a gente está vendo um caos absoluto na Educação. Além dos escândalos com a merenda etc. Ele tem desmontado o calendário escolar, a atribuição de aulas, tem agredido frontalmente os professores e a sua auto-organização aqui no estado de São Paulo, tem privatizado e extinto empresas, cortou o transporte escolar.

E, a gente precisa lembrar que embora seja o estado mais desenvolvido, o estado de São Paulo é majoritariamente rural ainda. E, nas cidades menores, a distribuição urbana é precária. A minha cidade no interior de São Paulo não tem transporte o tempo todo. Na zona rural, conta com três ônibus por dia.

E, sem o transporte escolar, crianças ficam sem acesso à escola. E, o governador João Doria desmontou o transporte escolar, desmontou os conselhos participativos, e é contra a participação popular no seu governo; blindou os governos PSDB de fiscalização.

Quem não se lembra, no início do ano, os jornais cobrindo a Assembleia Legislativa, falando de imensas filas para protocolos de CPis? Isso acontece porque esta Casa tem um Regimento – e eu batlho aqui, eu acho superimportante a gente pautar a reforma regimental da Assembleia Legislativa, porque é um regimento muito arcaico, muito antigo, o mais antigo do país, e que permite que a gente tenha um limite de CPis concomitantes.

E, as CPis protocoladas primeiro acontecem. Por isso, no primeiro dia houve uma enorme fila para protocolos de CPis; CPis que estão terminando essa semana, todas elas. A gente teve aqui uma votação da CPI das universidades, que dependia do seu relatório, que alguns servidores julgam ruim, para ser votado aqui, na Ordem do Dia que começasse, por isso a gente viu aqui uma pequena cena de imbróglgio em debates com outros servidores que estão aqui lutando pelos seus direitos.

Mas, o que acontece é que a gente está assistindo aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo uma ação consciente do governador e dos deputados desta Casa contra os serviços públicos e, portanto, contra os servidores.

Daí a gente estar com esse projeto esdrúxulo na mão que trata de autorizar o Governo do estado de São Paulo a cometer um calote contra os seus credores. É disso que trata o PL 899: é um calote a autorização que esta Casa vai dar ao Governo do estado de São Paulo para não pagar os seus credores.

A bancada do PSOL continua contra; a gente está aqui tentando obstruir a votação desse projeto. Mas, é importante a gente lembrar que isso faz parte de um plano geral de ataque aos servidores públicos. E é geral, mesmo.

Quando eu falo geral, é geral, contra todas as categorias. Todos os trabalhadores públicos do estado de São Paulo têm que estar avisados e têm que estar unidos, e têm que saber que o que está em curso aqui agora é um desmonte dos serviços públicos.

E, ninguém está a salvo. Ninguém está a salvo. Mesmo a força armada, que a gente chama de braço repressivo do estado, ou os trabalhadores da Segurança Pública, que, durante a campanha o governador fez lá muita publicidade de que seria prioridade, que deveria estar juntos, etc. Ele prometeu que ia tirar; prometeu explicitamente, durante toda a campanha, que ia tirar a Polícia do Estado de São Paulo do lugar da polícia mais mal paga do país.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo é a mais mal paga do país. Para a gente superar esse dado triste, a gente deveria estar falando de um aumento de, no mínimo, 50% para a corporação.

Depois de muita luta, chegou aqui a vexatória proposta de cinco por cento de aumento para os trabalhadores da Segurança Pública.

Outra coisa importante para a gente falar sobre a Segurança Pública do estado de São Paulo é que falta inteligência. Voltando a falar dos interiores, é muito comum, nas cidades menores, você encontrar delegacias que têm delegado e servidores empregados da prefeitura para fazer o atendimento. Faltam escrivães, faltam investigadores.

Assim, a gente chega ao triste dado de que 8% dos homicídios são solucionados no estado de São Paulo. Se mata e não tem resposta aos ataques contra a vida das pessoas, porque falta investimento em inteligência. Tem que contratar. É urgente que se abra concurso público para investigadores e escrivães. Falta quem escreva boletim de ocorrência, e é por isso que os atendimentos nas delegacias são tão ruins.

Não dá para dizer que a gente é a favor de uma Segurança, de fato, Pública... E quando eu falo de Segurança, de fato, Pública, ela diz respeito ao direito das pessoas de não serem agredidas, de não terem a sua vida violada, de poderem ir e voltar para casa em segurança. Não dá para falar que tem um projeto de Segurança Pública sem falar em contratação, sem falar, sobretudo, em inteligência, e não há nenhum encaminhamento do governo do estado de São Paulo para contratação de policiais civis no estado de São Paulo.

Para terminar minha fala eu gostaria de falar um pouquinho sobre o final da CPI dos animais. O mandato coletivo da bancada ativista compõe a CPI dos animais, uma das CPis que estão acontecendo. Eu falei no início da minha sala que muitas CPis foram protocoladas às pressas, para inibir que o governo do estado de São Paulo seja investigado.

Embora a gente tenha a crítica à temática das CPis, existe uma CPI que, para a gente, é importante, que diz respeito à vida dos animais. Ela está terminando, e por isso a gente entrou nela. Hoje de manhã era para ser votado o relatório final da CPI dos animais, e a gente conseguiu articular entre todos os deputados para casa em segurança. Não dá para falar que tem um projeto de Segurança Pública sem falar em contratação, sem falar, sobretudo, em inteligência, e não há nenhum encaminhamento do governo do estado de São Paulo para contratação de policiais civis no estado de São Paulo.

Para terminar minha fala eu gostaria de falar um pouquinho sobre o final da CPI dos animais. O mandato coletivo da bancada ativista compõe a CPI dos animais, uma das CPis que estão acontecendo. Eu falei no início da minha sala que muitas CPis foram protocoladas às pressas, para inibir que o governo do estado de São Paulo seja investigado.

Embora a gente tenha a crítica à temática das CPis, existe uma CPI que, para a gente, é importante, que diz respeito à vida dos animais. Ela está terminando, e por isso a gente entrou nela. Hoje de manhã era para ser votado o relatório final da CPI dos animais, e a gente conseguiu articular entre todos os deputados para casa em segurança. Não dá para falar que tem um projeto de Segurança Pública sem falar em contratação, sem falar, sobretudo, em inteligência, e não há nenhum encaminhamento do governo do estado de São Paulo para contratação de policiais civis no estado de São Paulo.

Mais um adendo, agora respondendo a fala do Campos Machado, que me antecedeu. Estava aqui falando sobre políticas de drogas. Eu falei sobre Seguranças Públicas etc. Campos, não há comprovação científica... Eu falo tranquilamente, do lugar aqui que eu estou, de quem formula e pensa Segurança Pública para as pessoas. Não há nenhuma segurança de que consumir química faça bem para as pessoas.

Cigarro não faz bem para as pessoas, assim como refrigerante e açúcar também não fazem. Alcool não faz bem para as pessoas. Se a gente for falar de Saúde, a gente tem que debater esse tema na Saúde Pública, e aí se o senhor for discutir assim: "eu quero que alguém me comprove que as drogas fazem bem à Saúde", se é esse o mérito, eu topo, e a gente tem que discutir em outra pasta.

Na Segurança Pública, em campanhas de conscientização para tentar inibir o consumo. Manter, manter... Historicamente, as pessoas sempre usaram substâncias de estado de consciência. Manter a inibição do acesso das pessoas a substâncias que alteram o estado de consciência na Segurança Pública é continuar empurrando policiais de baixa patente - porque tem isso, né? A mais baixa patente é que vai para a rua ostensivamente - para ir para rua para matar e para morrer, em um projeto de guerra que não vai ter fim.

Não é nessa pasta que a gente discute. Não é na Segurança Pública, é na Saúde, e aí eu concordo com o senhor.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para encaminhar em nome do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra Vossa Excelência.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sr. Presidente, deputadas e deputados desta Casa, público das galerias, que vieram aqui nesta tarde de hoje, de uma forma bastante disciplinada, tranquila, mas com muita disposição, para lutarem contra o PL 899, projeto este a que nós também vamos votar contrariamente.

Esperamos, nesta noite, derrubar esse projeto, em benefício de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que estão aguardando há tanto tempo a justa reparação pelos seus esforços, pelo seu trabalho, pelas tarefas realizadas ao longo de anos, ao longo de décadas, muitas vezes.

Esse é o mínimo de compensação, por meio desses precatórios, que o governo do estado pode fazer, de modo que o calote não é bem-vindo. O calote é uma irregularidade. O calote não é um comportamento normal e a gente apela para que todas as deputadas e deputados desta Casa também tenham essa sensibilidade e possam compartilhar dessa mesma ideia e votar "não" ao PL 899.

Sr. Presidente, hoje as CPis estão caminhando para o fim, as CPis que estão instaladas nesta Casa, como é o caso da CPI da Furp, da qual participei e estou ainda participando há mais de seis meses. Amanhã, certamente deveremos encerrar essa CPI importantíssima que levantou, que desnudou a importância da Fundação para o Remédio Popular para toda a população do estado de São Paulo, mas, em especial, a população de baixa renda, a população que usa o sistema público de Saúde.

Nós estamos tentando construir um relatório que seja o mais próximo daquilo que nós levantamos, daquilo que investigamos, daquilo que ouvimos nas oitivas, dos documentos recebidos, das visitas realizadas, para dizer ao Governo do Estado que a Furp é uma empresa pública importante, a principal empresa pública produtora de medicamentos do país.

Não é do estado de São Paulo, é do país. Produz medicamentos que são negligenciados, produz medicamentos que não são produzidos por laboratórios privados e faz com que esse medicamento chegue a baixo custo para as prefeituras, para a Secretaria Estadual de Saúde, para as prefeituras municipais, os postos e unidades básicas.

Acontece que essa empresa, criada em 1968, que passou a funcionar em 1974, portanto, é uma empresa com um histórico de serviços prestados para este estado, de uma produção impecável de medicamentos. Produzir medicamentos não é produzir vassouras. Para produzir medicamentos, tem que ter todas as condições ideais, desde o ar condicionado, que tem que ser perfeito, passando pelos equipamentos, passando pelo sistema de higiene, passando pela capacitação de seus trabalhadores.

E a Furp vinha prestando esse trabalho com muita maestria, com muita competência, até que, em 2010, o governo resolve montar outra fábrica de medicamentos em Américo Brasiliense. Assim o fez. A partir daí, a Furp começou a ser deficitária. Entre 2010 e 2012, a Furp teve que tirar do seu caixa uma parte da sua receita para pagar a construção dessa obra que foi realizada porque o governador Geraldo Alckmin, na época, queria fazê-lo em Américo Brasiliense, dizendo que iria gerar mais de mil empregos.

Os empregos não foram gerados e a Furp deixou de produzir aquilo que poderia produzir, porque tiraram uma parte dos medicamentos que eram feitos em Guarulhos e passaram para serem feitos e produzidos em Américo Brasiliense. Entre esses medicamentos, um dos mais lucrativos da Furp, que era o Captopril, um medicamento que é utilizado até hoje para hipertensos. É efetivo e de baixo custo.

A partir de 2013, o governo resolveu fazer uma PPP - Parceria Público-Privada, que foi desastrosa para os cofres públicos, lesiva para os cofres públicos, provocando um prejuízo enorme para a Furp de Guarulhos. A partir daí, a Furp começou a ter, desde 2010, ano a ano, um déficit grande, prejudicando os seus reinvestimentos, o seu desenvolvimento, dificultando, inclusive, o registro de novas medicações, dificultando o registro de novas patentes e aí o governo apresenta, no início dessa legislatura, o pedido para uma CPI, achando que esta CPI fosse resultar numa conclusão que levasse ao seguinte à seguinte frase: "Olha, a Furp é inviável, a Furp dá prejuízo e, portanto, a Furp tem que ser extinta".

Isso era o que o governador Doria gostaria de ouvir. Mas, para desespero dele, talvez, e para decepção do governador, não é isso que vai acontecer. A Furp não foi considerada uma empresa ruim, muito pelo contrário.

Até os deputados da base do governo, que estão ali na CPI tiveram a sensibilidade de perceber que aquela empresa tinha uma importância enorme para a saúde da população, deputado Thiago Auricchio e deputado Balas, ambos membros dessa CPI. Foram firmes lá em todas as reuniões, sempre compreendendo a importância do nosso trabalho como membros dessa CPI.

E, olha, foi uma surpresa quando vi os relatórios do deputado Thiago e do deputado Balas indo nessa mesma direção, preservando uma importante empresa pública, sabendo de todas as irregularidades que houve ao longo de anos por superintendentes incompetentes, por secretários de Saúde que foram omissos, pela Procuradoria-Geral do Estado, que também foi omissa, pelo conselho deliberativo, que foi omissa, que não se posicionou para tomar uma posição que reduzisse os prejuízos com que a Furp teve que arcar.

E pelo Governo do Estado que, por omissão, por ação ou por omissão, também deixou de atuar, mantendo a Furp do jeito que ela estava. Sabendo que poderia chegar a um momento de sucateamento daquela instituição. Eu digo que, às vezes, uma CPI, a gente pode saber como começa, mas não sabe como ela termina. E essa CPI, as pessoas achavam que ela fosse ter um desenvolvimento para levar a essa conclusão, de que era uma empresa acabada, que precisaria ser extinta e sair do cenário do estado, sair da responsabilidade do estado.

Ao contrário, ela é uma empresa importante e, amanhã, vamos finalizar os nossos relatórios e vamos apresentar, sim, todas as recomendações, as soluções para que essa empresa continue funcionando. Porque ela produz milhões de medicamentos. Medicamentos para vocês, que não a conhecem, para quem tem HIV, medicamentos para quem tem tuberculose, medicamentos para quem tem hanseníase, que os laboratórios privados, em absoluto, querem fazer.

Porque laboratório privado, neste país, só quer saber de lucro. Às vezes eu tenho até a impressão de que o laboratório privado mantém uma doença para poder vender os seus medicamentos. Eu tenho a impressão de que laboratório privado não quer a cura de determinadas doenças para continuar tendo seus lucros absurdos sobre a vida das pessoas principalmente.

A Furp não tem essa necessidade, por isso, Sr. Presidente, estamos aqui hoje para poder reiterar o nosso compromisso. E tenho certeza de que amanhã a comissão que compõe a CPI da Furp vai votar um relatório que seja digno da população paulista, que seja digno dos mais de 800 trabalhadores que lá estão, que lutam no seu dia a dia para produzir um medicamento ótimo, eficiente e de baixo custo. E é assim que a gente pode dizer que uma empresa pública tem, sim, condições de funcionar. Ela pode funcionar, basta ter vontade política, basta ter responsabilidade.

E quero dizer mais: nós não podemos esquecer os erros do passado, daquilo que as autoridades, que os agentes públicos e políticos cometeram em relação à Furp. Por isso mesmo que vamos encaminhar aos órgãos competentes para que eles sejam responsabilizados dos seus erros e dos prejuízos que ocasionaram aos cofres públicos paulistas.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação, o Projeto de lei nº 4, de 2019. Os favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Calma, gente.

Calma, gente. O deputado Heni já tinha pedido pela ordem.

O SR. HENI OZI CUKIER - NOVO - Eu queria pedir uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Eu queria pedir à deputada Janaina para correr um pouco mais devagar com esse salto, porque é perigoso.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. A partir deste momento, estamos fazendo soar o sinal intermitente por quatro minutos para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que não se encontram em plenário tomem conhecimento da votação que se realizará.

* * *

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, para botar o PT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PT está em obstrução.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL - Sr. Presidente, colocar o PL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PL está em obstrução.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Sr. Presidente, colocar o Avante em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Avante está em obstrução.

O SR. MARIO DA FARMÁCIA - PODE - Sr. Presidente, colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Podemos está em obstrução.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Sr. Presidente, colocar o Republicanos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Republicanos em obstrução.

O SR. HENI OZI CUKIER - NOVO - Sr. Presidente, colocar o Novo em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Novo está em obstrução.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Sr. Presidente, PSL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSL está em obstrução.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Sr. Presidente, PDT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PDT está em obstrução.

O SR. ED THOMAS - PSB - Sr. Presidente, PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSB está em obstrução.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, com anuência do meu líder, colocar o Progressistas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com anuência do líder Delegado Olim, que não se encontra no plenário, o Progressistas está em obstrução.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, PCdoB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PCdoB está em obstrução.

O SR. REINALDO ALGUZ - PV - Sr. Presidente, PV em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - PV está em obstrução.

O SR. FERNANDO CURY - CIDADANIA - Sr. Presidente, colocar o Cidadania em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Cidadania está em obstrução.

E peço aos deputados que possam votar eletronicamente, porque auxiliaria muito a minha voz nesse momento.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Sr. Presidente, colocar o PSOL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - PSOL em obstrução.

O SR. JORGE CARUSO - MDB – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB – Deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - MDB – Manifestar a obstrução do MDB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB – O MDB está em obstrução. Não havendo mais registro de votos, está encerrado o processo de votação. Participaram deste processo 24 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sendo 20 votos "sim", três "não", e este Presidente, que não vota, quórum que deixa a votação adiada.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, antes de dar por encerrados os trabalhos, esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje; lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 1 minuto.

* * *

5 DE NOVEMBRO DE 2019 58ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em votação requerimento, do deputado Carlão Pignatari, de método de votação do PL 899/19.

2 - EMÍDIO LULA DE SOUZA

Encaminha a votação do requerimento de método de votação do PL 899/19, em nome do PT.